ISSN: 2358-8829

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONCEITOS E DESAFIOS DOS DOCENTES MEDIANTES OS ATENDIMENTOS DOS ALUNOS SURDOS NO AEE

Maria de Fatima do Nascimento Pereira [1]

INTRODUÇÃO

Explorar o ensino de Libras nos conduz a grandes expectativas, mas também a sentimentos de medo, insegurança e incertezas, especialmente sobre o próprio ensino. No entanto, o conhecimento adquirido pode atenuar essas sensações desconfortáveis. Nossa missão é identificar os principais anseios e desafios enfrentados pelos professores na tarefa de incluir o ensino de Libras no currículo do ensino fundamental em uma escola de Araruna.

Ao levantar essas questões sobre o tema, pretendemos, de maneira clara e resumida, entender as dificuldades e desafios que a equipe docente da escola enfrenta. A intenção é refletir sobre esses aspectos de forma que, em breve, possamos enfrentá-los e garantir um ensino de qualidade e adequado para os alunos surdos.

O currículo escolar vai além das determinações oficiais; ele também envolve as escolhas e estratégias desenvolvidas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. Com base nesse entendimento, percebemos que a inclusão curricular do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), junto com a Língua de Sinais (LS) ou Língua Portuguesa como segunda língua (L2), é fundamental.

A inclusão de alunos surdos em escolas regulares é um direito conquistado através de muitas lutas. A Organização das Nações Unidas (ONU) destaca a importância da facilitação do aprendizado da Língua de Sinais e da promoção da identidade linguística da comunidade surda, conforme estabelecido no Artigo 24, parágrafo 3º, item b. Embora o processo de inclusão não seja fácil e provavelmente nunca será, acreditamos que com entusiasmo e determinação é possível superar esse desafio. É fundamental garantir que o

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, mdfatimanascimento@gmail.com

aluno surdo não apenas frequente a escola regular, mas também que receba a alfabetização adequada e usufrua plenamente de seus direitos.

Embora existam decretos que asseguram a inclusão dos alunos surdos em escolas regulares, há uma carência de fiscalização para verificar se essa inclusão está realmente sendo implementada ou se o aluno apenas consta nas estatísticas de matrículas. É crucial que o aluno se sinta confortável e acolhido no ambiente escolar para realmente aprender. Além disso, a capacitação dos profissionais da escola é essencial para evitar que o aluno se sinta excluído, o que poderia levar à evasão escolar.

As adaptações do currículo são igualmente importantes para oferecer um ensino de qualidade que atenda às necessidades de todos os educandos. No Brasil, a Política Pública garante os direitos das pessoas com deficiência de serem incluídas em escolas regulares e prevê um Atendimento Educacional Especializado. No entanto, ainda há muito a ser aprimorado para alcançar uma inclusão efetiva.

Apesar da existência de leis, decretos e conferências que promovem a inclusão, ainda estamos longe de alcançar o que é idealizado, persistindo um grande descompasso entre teoria e prática. A Lei nº 7.853/89, conhecida como Lei da Inclusão, estabelece em seu Artigo 1º normas gerais que garantem o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, além de sua integração social.

No entanto, é evidente que ainda há muito a ser feito para aprimorar as ações voltadas para a inclusão. Por meio deste trabalho, buscamos compreender os principais anseios da equipe docente ao relatar suas experiências e percepções sobre o tema abordado. Pretende-se verificar até que ponto o currículo escolar contempla ações que assegurem aos alunos surdos o direito a uma educação digna e de qualidade, contribuindo assim para identificar lacunas e propor melhorias no processo inclusivo.

Na atual Política Nacional de Educação existente no Brasil, temos o aparato de diversas Leis, Decretos, e outros documentos que norteiam sobre a educação inclusiva. A Lei da Inclusão nº 7.853/89 estabelece em seu Art. 1º que “Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos da Lei”. Já no Art. VI do Decreto 5.626/05 estipula que:

ISSN: 2358-8829

> I – As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ao longo da história a educação para surdos vem ganhando destaque, no qual resultaram várias lutas e conquistas, uma das conquistas mais relevantes é o reconhecimento da LIBRAS, pela Lei nº 10.436/02 que exprimi no Art. 1 " É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados".

A educação de surdos passou por duas fases importantes sendo elas a fase oralista. "O oralismo não permite que a língua de sinais seja usada nem mesmo em sala de aula nem no ambiente familiar, mesmo sendo esse formado por pessoas surdas usuárias da língua de sinais" (QUADROS,1997, p.222).

Já a fase constituída pelo bimodalismo, ou comunicação total tem como proposta:

> Permite o uso da língua de sinais com o objetivo de desenvolver a linguagem da criança, mas sendo usado como recurso para o ensino da língua oral. Os sinais passam a ser usados junto com a língua portuguesa, mas na estrutura da língua portuguesa. (QUADROS,1997.p.24)

Essa proposta é constituída basicamente por usar ao mesmo tempo a língua de sinais e a oralidade sinal/fala. Foi então que surgiu a proposta do bilinguismo após toda essa problemática entre o oralismo e a comunicação total, quando foi percebido que nenhuma das propostas estava suprindo resultados satisfatórios. A proposta bilíngue surge então como salvação para melhoria da educação do surdo, pois mostra a preocupação em respeitar a língua materna do surdo, a L1, e ensiná-lo a L2.

Segundo Quadros (1997) a proposta bilíngue, consiste em trabalhar todos os conteúdos na língua nativa das crianças surdas, ou seja, a LIBRAS, e trabalhar a língua portuguesa em momentos específicos das aulas, com leitura e escrita da língua. Quadros (1997) "O bilinguismo é a proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar". Então em consonância com quadros o bilinguismo é uma proposta que visa garantir de forma bem esclarecedora o direito da criança surda a ter o ensino de libras como sua língua materna.

ISSN: 2358-8829

Sabemos que inserir o aluno surdo numa escola regular é um direito dele, direitos esse que foram conquistados através de muitas lutas. Em consonância com a (ONU) Organização das Nações Unidas, uma delas foi a conquista do direito à escolarização que contemple a: "Facilitação do aprendizado da Língua de Sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda" (Art. 24º, § 3º b).

Em conformidade com a convenção da ONU em seu Art. 30º, § 4º, afirma que:

> As pessoas com deficiência deverão fazer jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as Línguas de Sinais e a cultura surda.

Como está explícito no documento que, as pessoas com deficiência têm total apoio e direito ao processo de aquisição da L1 como sua língua materna.

Como está elencado na convenção da ONU que a:

> Garantia de que a educação de pessoas, inclusive as crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. (Art. 24º, § 3º, c).

Notadamente observa-se que em questão de documentos as crianças surdas estão em total aparato no que diz respeito à garantia de seus direitos a uma educação digna, de qualidade, com ambientes favoráveis a seu desenvolvimento educacional.

Mas também é notório que ter os documentos e seus aparatos, não faz com que as coisas funcionem como os mesmos relatam em seus textos, é essencial que tenhamos uma fiscalização que seja capaz de conduzir uma fiscalização de forma que venha a garantir a integridade de seus assistidos de acordo com o que estabelece as leis.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa de caráter qualitativa, objetivando conhecer quais os conceitos e desafios dos docentes mediantes os atendimentos dos alunos surdos no AEE. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus

pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

De acordo com CRESWEL (2007, p.186) chama a atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Esta pesquisa será de forma descritiva uma vez que será necessário para que possamos descrever os resultados obtidos. Segundo Vergara (2000) dispõe a pesquisa descritiva revela particularidades de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Este procedimento foi realizado por meio de uma conversa informativa por meio tecnológico via Grupo de WhatsApp, inicialmente com a Coordenadora da Educação Especial para que se possa apresentar a proposta do trabalho em pesquisa, assim como também apresentar os seus objetivos. Em outro momento foi enviado pelo Google Docs os questionários para o corpo docente observarem e em seguida responderem as questões referentes à temática abordada

A análise dos dados ocorrerá por meio dos resultados obtidos das questões que foram respondidos pelos docentes participantes. Será analisado as questões conforme os resultados, sendo classificados pelas aproximações nas respostas, onde será feito uma comparação dos resultados adquiridos na pesquisa, com os materiais estudados como fundamentação teórica.

De acordo com Bardin (2011) consiste em um conjunto de ferramentas de análises das comunicações as quais utilizam procedimentos organizados e objetivos de caráter qualitativo. Deste modo, após a análise dos dados será apresentado os resultados e discursões apresentado na pesquisa e serão comparados à fundamentação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho foi desenvolvido através de um questionário contendo 12 questões, onde buscamos entender os desafios docentes mediantes os atendimentos dos alunos surdos no Atendimento educacional especializado - AEE. Iremos nos referir aos participantes desta pesquisa através de porcentagens.

1. Qual seu Gênero?

Analisando os resultados obtidos podemos perceber que 57,1% dos participantes são do gênero Feminino, 42,9 % do gênero masculino, não havendo registros para a opoção prefiro não dizer.

2. Qual sua Idade?

Obtivemos como contribuição dos participantes da pesquisa um total de 57,1% tem entre 51 a 60 anos, cerca de 28,6% tem entre 41 a 50 anos, 14,3% ficando com 31 a40 anos, não havendo registros para 20 a 30 anos.

3. Qual sua formação?

Em análise aos resultados obtidos na pesquisa, foi possível perceber que cerca de 71,4% dos participantes tem Pós graduação Lato Sensu (Especialização) e apenas 28,6% apresentaram como resposta de Pós Graduação Stricto Sensu (Mestrado), não havendo registros para Graduação e Pós Graduação Sticto Sensu (Doutorado).

4. Há quantos anos você atua como Docente?

Corroborando com essa peesquisa obtivemos como respostas que 71,4% dos participantes apresentaram ter mais de 20 anos, 14,3% tem entre 11 a 19 anos, e outros 14,3% tem entre 06 a 10 anos, não havendo registros para os de 0 a 05 anos de atuação docente.

5. Você compreende os princípios da educação Especial na Perspectiva Inclusiva?

Analisando os resultados obtidos para a questão, percebemos que para os números 1, 3 e 4 os docentes demarcaram um percentual de 14,3% para cada número, não havendo registros para o número 2, já para o número 5 obtivemos um percentual de 57,1%.

6. Possui formação específica em LIBRAS ou Educação de Surdos?

Em resposta ao quesito onde buscamos saber sobre a formação específica em LIBRAS, obtivemos um percentual de 71,4% elencaram que sim, havendo um registro bem significativo, já 28,6% mencionaram que não possuem formação específica em LIBRAS.

7. De acordo com on níveis, você considera que seu conhecimento em Língua brasileira de Sinais – LIBRAS. Estar Como?

Ao analisarmos os resultados obtidos percebemos que 57,1% mencionaram que apresentam apenas o básico de conhecimentos em Língua brasileira de Sinais- LIBRAS, 28,6% acreditam que tem o Nível Intermediário, um percentual de 14,3% acredita ter nenhum conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, não havendo registros para o nível avançado.

8. Como você aborda essa temática em sala de aula?

Analisando os resultados que obtivemos na pesquisa, podemos perceber que houve um percentual de 42,9% dos participantes mencionaram que trabalham a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS focando apenas em alguns sinais básicos de rotina, 28,6% mencionaram que através de atividades adaptadas, 14,3% utilizando os recursos digitais, 14,3% contação de histórias com personagens surdos.

9. O que você considera ser seu maior desafio, para realizar o atendimento a alunos surdos?

Obtivemos como resultado da pesquisa uma poscentagem de 42,9% dos participantes mencionaram que acreditam ser a falta de recurso específicos para proporcionar o ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, 28,6% Não dominar a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, 28,6 não ter formação específica para o ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

10. Em sua opinião o livro didático aborda essa temática de maneira facilitadora a proporcionar o ensino de LIBRAS?

Ao serem questionados sobre o livro didáticos, obtivemos como resposta 71,4% dos participantes avreditam que sim, os livros didáticos abordam a temática de forma facilitadora ao ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, já 28,6 % acreditam que não.

11. O AEE na minha escola complementa adequadamente o trabalho do professor regente com alunos surdo?

Sendo provocados sobre o AEE, questionamos se a escola complementa adequadamente o trabalho do professor regente com alunos surdo, houve um percentual de resposta onde seis participantes elencaram que consideram adequado, apenas um classifica como não adequado.

12. Em que medida você sente ter apoio institucional (Formação continuada, materiais, tempo de planejamento) Para atender alunos surdos?

Em uma escala de 0 a 5 (nenhum apoio/ apoio suficiente) para nenhum apoio responderam que não tem, um quantitativo de 5 participantes, já para os que consideram ter apoio suficiente apenas dois participantes elencaram ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, tivemos a oportunidade de compreender os conceitos e desafios dos docentes mediante os atendimentos dos alunos surdos no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Observa-se que os docentes, embora se esforcem para incluir o ensino de LIBRAS, enfrentam barreiras que podem estar relacionadas, em grande parte, à falta de uma formação específica na área ou no tema abordado. Como resultado, muitos deles possuem um conhecimento limitado sobre o assunto, o que acaba os levando a ensinar apenas noções muito básicas. Assim, os alunos recebem uma compreensão inicial sobre o que é LIBRAS e aprendem alguns sinais, mas esse processo muitas vezes ocorre com dificuldades e certo nível de insegurança por parte dos educadores, que não se sentem plenamente capacitados para trabalhar com o tema.

Diante do exposto, é possível perceber os inúmeros desafios e dificuldades apontados pelos docentes participantes da pesquisa. No entanto, maior que essas adversidades é a determinação em continuar aprendendo e se atualizando constantemente, com o objetivo de repassar aos educandos os conteúdos da maneira mais eficiente e clara possível. Vale destacar que nós, professores, precisamos estar sempre em busca de aperfeiçoamento e capacitação, já que o processo de ensino-aprendizagem é contínuo. Como mediadores, temos o compromisso de nos manter atualizados para oferecer aos alunos um conteúdo de qualidade que os inclua efetivamente nesse processo, garantindo que a inclusão seja realmente praticada.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Alunos surdos, Docentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade a mim determinada, e por ter me dado força e coragem para enfrentar as dificuldades e os desafios que surgiram no decorrer do desenvolvimento deste artigo. Aos meus familiares que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, onde me deram apoio e consolo nos momentos difíceis que forma necessários enfrentar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 23 Agosto 2026

BRASIL. **Decreto Federal nº 5622 de 19 de dezembro de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm.Acesso em: 13 Setembro. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm.Acesso em: 23 Setembro. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed.São Paulo: Atlas, 2002.

GESSER, Audrei. **Metodologia de Ensino em Libras como L2**. UFSC, Florianópolis, 2010.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Márcia Torres Neri. **Currículo escolar e deficiência: Contribuições a partir da Pesquisa - ação colaborativa - crítica.** Cad. Pesqui., São Paulo, V.46, n. 162, p. 1124-1147, Dec. 2016. Available from<http://www.Scielo.Php?Script=sci_arttext&Pid=So100-15742016000401124&Ing=em&nem=isso>. acess on 09 May 2026. https:// doi.org/10.1590/198053143717

MALTA, Shirley C. L., **UMA ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E TEORIAS AFINS VISANDO À COMPREENSÃO E MUDANÇA.** Revista Espaço do Currículo

(Online), v.6, p.340-354, 2013.

Martins LMP, Silva EM, Marques D. **Informações em saúde na ótica de enfermeiras da saúde da família**. REME - Rev Min Enferm. 2016. DOI: 10.5935/1415-2762.20160002. Disponível em: http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1066. Acesso em: 23 Setembro 2020.

MORET, Márcia Cristina Florencio Fernandes; ROSSAROLA, Juliana Negrello; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **A Proposta bilíngue na educação de surdos: práticas pedagógicas no processo de alfabetização.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.I.], p.1791-1801, July 2017.ISSN 1982-5587. Disponível em: < https: // periodicos. fclar. unesp. br/ Iberoamericana/ article/ uiew/ 8734/ 6762> . Acesso em: 08 May 2020. doi: https: // doi. org/ 10.21723/ riaee. v. 12. n. 3. 2017. 8734

São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

THOMA, Adriana da Silva. **Currículo para educação de surdos na perspectiva bilíngue.** In: XI Congresso Internacional e XVII Seminário Nacional do INES, 2012, Rio de Janeiro, RJ. Anais do XI Congresso Internacional e XVII Seminário Nacional do INES. Rio de janeiro, RJ: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), 2012.p.74-82.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WERSELIAN, Kátia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. **Análise das condições organizadas em uma escola para promover a Inclusão de alunos surdos.** Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n.19. p. 85-101, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&Pid=S1645-72502011000300006&Ing=pt&nem=iso>. acesso em 09 maio 2020